



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0000762-79.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Documento de Origem: **BO, OF - 345/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 187/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **LUCAS HENRIQUE DE SOUZA SOARES**  
 Vítima: **BENEDITO APARECIDO AMARO**

Aos 16 de junho de 2014, às 16:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu LUCAS HENRIQUE DE SOUZA SOARES. Presente o seu defensor, o Drº **Joemar Rodrigo Freitas - Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima e uma testemunha comum. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. **Pelo MM. Juiz foi dito:** "Decreto a **revelia** do réu". Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: Lucas Henrique de Souza Soares foi processado pelo delito descrito na denúncia, nas circunstâncias ali constantes. O réu é revel, já que devidamente citado e intimado, deixou de comparecer na presente audiência. Quando ouvido no auto de prisão em flagrante o réu confessou o furto da bicicleta (fls.08). A vítima hoje ouvida também confirmou a ocorrência do furto, sendo que a bicicleta foi encontrada em poder do réu em local distante de sua casa, restando consumado, pois, o delito. O guarda municipal ouvido na presente audiência confirmou que juntamente com seu parceiro encontraram o réu em poder da bicicleta furtada. Reconheceu o réu na foto de fls.29. Disse que uma testemunha, conforme narrado pela vítima, de nome João, disse que viu o momento do furto e acionou a polícia. O réu é reincidente específico (fls. 100 e vº). Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, devendo ser fixado o regime inicial fechado para cumprimento de pena já que o réu é reincidente específico, estando presentes os requisitos para a prisão cautelar, não podendo o réu recorrer em liberdade, ressaltando-se ainda que após o benefício, recebido as fls.78, deixou de comparecer aos demais atos do processo. **Dada a palavra à DEFESA:**"MM. Juiz: requeiro a absolvição em virtude da insuficiência de provas, uma vez que a vítima não presenciou o fato



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

delituoso, não tendo condições de reconhecer o réu, mesmo na época do ocorrido. Ademais, o depoimento prestado por João na fase inquisitorial, não deve ser considerado na sentença, uma vez que não fora realizado sob o contraditório. Igualmente, a confissão do réu feita apenas na delegacia, conforme artigo 155 do CPP. No tocante ao testemunho do guarda municipal realizado em audiência o réu subtraiu a bicicleta apenas para chegar mais rápido em casa, não havendo *animus furandi* na conduta do agente, portanto, enquadrando-se na denominação feita pela doutrina de furto de uso, sendo o fato atípico. Ademais, o valor do bem é insignificante, não havendo justificativa para a intervenção penal pelo Estado. No caso, portanto, aplicam-se os princípios da subsidiariedade e fragmentariedade, culminando na atipicidade material do fato objeto da ação penal. Em razão do princípio da eventualidade, em caso de condenação, requeiro o reconhecimento da confissão na fase inquisitorial, para fixação da pena mínima, a ser cumprido no regime semiaberto, uma vez que se trata de réu reincidente. Por fim, requeiro a concessão do direito em recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. LUCAS HENRIQUE DE SOUZA SOARES, qualificado as fls.09, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, do CP, porque em 26.01.2014, por volta de 18h30, na Avenida Grécia, 528, Vila Prado, em São Carlos, subtraiu para si, uma bicicleta da marca *Ciclone*, avaliada indiretamente em R\$250,00, bem pertencente a vítima Benedito Aparecido Amaro. Recebida a denúncia (fls.34), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.54). Nesta audiência foi ouvida a vítima, uma testemunha comum, havendo desistência quanto a faltante, sendo o réu **revel**. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, observando-se a reincidência, com fixação do regime fechado. A defesa pediu a absolvição por falta de provas. Em caso de condenação, pediu reconhecimento da confissão policial, regime semiaberto e direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** A vítima recuperou sua bicicleta e esclareceu que o rapaz preso estava efetivamente com ela, tendo visto essa pessoa na delegacia. lembrou-se com vagueza da figura do réu, dizendo ser parecido com o de fls.29. Entretanto, o policial Luiz Carlos foi seguro ao dizer que prendeu o réu andando com a bicicleta da vítima, que depois reconheceu o bem. Afirmou que o acusado confessou a prática do delito e disse ter pego a bicicleta para chegar mais rápido em casa. O acusado confessou, também, na polícia (fls. 08). Não há simples furto de uso. Nenhuma evidencia existe de que o réu pretendesse devolver a bicicleta. Bicicleta também não é de valor insignificante. Teve valor avaliado (R\$250,00). Houve ofensa ao bem jurídico protegido. O fato é típico e antijurídico. Não há dúvida sobre autoria e materialidade do crime. A condenação é de rigor. O réu é reincidente específico (fls.100vº). Em seu benefício existe a atenuante da confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Lucas Henrique de Souza Soares como incurso no artigo 155, *caput*, c.c. art.61, I, e art.65, III, "d", do C.P. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base em **01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa**, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da confissão, que se compensa com a agravante da reincidência e mantém a sanção inalterada. A pena


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime semiaberto**, nos termos do artigo 33, e parágrafos, do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a prevenção e reprovação da conduta, vedada a concessão do *sursis* ou pena restritivas de direitos, os termos do artigo 77, I, e 44, II, c.c. 44, §3º, do CP. Transitada em julgado, expeça-se mandado de prisão, observando-se a detração. Não há alteração do regime, em razão do artigo 387, §2º, do CPP. O réu poderá aguardar no regime aberto o surgimento da vaga no semiaberto. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Intime-se o réu. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: